

# REVISÃO CRIMINAL *PRO SOCIETATE*: EVOLUÇÃO, CONSTITUCIONALIDADE E PARÂMETROS NORMATIVOS

Jailson José de Melo\*

1 Introdução. 2 Revisão criminal no Brasil: notícia histórica e perfil constitucional. 3 A revisão das absolvições: a teoria *pro societate*. 3.1 Origem. 3.2 Doutrina. 4 Revisão criminal *pro societate*: direito comparado. 5 Constitucionalidade da teoria *pro societate*. 5.1 Princípios relacionados ao tema. 5.1.1 Igualdade. 5.1.2 Relatividade da coisa julgada. 5.1.3 Inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos. 5.1.4 Proporcionalidade. 5.2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos. 5.3 Supremo Tribunal Federal. 6 Parâmetros normativos. 6.1 Admissibilidade. 6.2 Legitimidade. 6.3 Prazo. 7 Conclusão. 8 Referências.

## 1 INTRODUÇÃO

A atividade jurisdicional está constantemente sujeita a falhas. A própria Constituição Federal de 1988 (CF/88), atenta à falibilidade humana, prevê indenizações a serem pagas pelo Estado em algumas situações de erro judiciário<sup>1</sup>.

Tais erros, evidentemente, não são desejáveis; pelo contrário, podem gerar descontentamento com a atividade judiciária e desordem social. Nesse contexto, a revisão criminal se apresenta como instrumento processual idôneo para, em situações previamente determinadas, viabilizar a correção de erros cometidos em decisões de processos criminais não suscetíveis de recurso. É indiscutível, portanto, a importância do instituto.

\* Especialista em Direito Processual pelo Cesusc; formado pela Escola do Ministério Público/SC; graduado em Direito pela UFSC; e Oficial de Justiça do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

1 CF/88, artigo 5º, LXXV – “o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença”.

A revisão criminal pode ser *pro reo* (em favor do réu) ou *pro societate* (em favor da sociedade). A primeira é utilizada em benefício do condenado para desconstituir, após a decisão transitada em julgado, injustiças e erros judiciais; a segunda, por sua vez, tem cabimento nas situações em que a decisão de mérito absolutória irrecorrível foi decretada em desconformidade com a lei e/ou com as provas produzidas lícitamente nos autos.

Tradicionalmente no Brasil tem sido adotada a revisão *pro reo* e nunca a modalidade *pro societate*<sup>2</sup>, embora esta tenha sido abraçada por diversos países<sup>3</sup>. Atualmente a matéria está disciplinada nos artigos 621 a 631 do Código de Processo Penal (CPP) — Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941; nos artigos 550 a 562 do Código de Processo Penal Militar (CPPM) — Decreto-Lei n. 1.002, de 21 de outubro de 1969; e nas leis de Organização Judiciária e Regimentos Internos dos Tribunais que complementam as normas para o processo e julgamento das revisões (CPP, art. 628).

A opção do legislador brasileiro, no entanto, pode ser questionada, visto que ela abre margem para a impunidade, e pode gerar injustiças e colocar em xeque a segurança social. Menciona-se o exemplo do réu que, para ver-se livre da condenação pelo crime de homicídio, junta aos autos uma certidão de óbito falsa. Uma vez extinta a punibilidade<sup>4</sup> e passada em julgado a decisão, não há mais a possibilidade de continuar o processo pelo crime de homicídio, caso seja descoberto mais tarde que o réu está vivo. Negar a possibilidade da revisão criminal *pro societate* em situações como essa significa autorizar que o criminoso se valha da sua própria torpeza para obter vantagem indevida. Por outro lado, permitir a revisão das decisões absolutórias sustentadas em fraude, em hipóteses restritas e taxativamente previstas pelo legislador, seria um avanço considerável nesse sentido.

2 *Vide* seção 2.

3 *Vide* seção 4.

4 Código Penal, art. 107, I.

Para tanto, buscou-se neste estudo analisar a evolução histórica da revisão criminal no Brasil; examinar a origem e a posição da doutrina no que tange à teoria *pro societate*; pesquisar como a matéria é abordada em outros países; reunir argumentos no plano constitucional que autorizem a revisão *pro societate* para o modelo brasileiro; e, por fim, analisar as hipóteses de admissibilidade e a legitimidade do instituto, e o prazo em que ele seria regulamentado.

No que se refere à metodologia, empregou-se predominantemente o método dedutivo. Como técnica de pesquisa, utilizou-se fundamentalmente a bibliográfica. Além da doutrina especializada, fez-se uso de acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal com o propósito de visualizar de que forma a mais alta Corte nacional vem-se pronunciando sobre a questão. Além disso, foram investigados diversos diplomas legais, em especial as Constituições brasileiras (atual e anteriores), o Código de Processo Penal de Portugal e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

## 2 REVISÃO CRIMINAL NO BRASIL: NOTÍCIA HISTÓRICA E PERFIL CONSTITUCIONAL

A revisão criminal surgiu no Direito brasileiro após a Proclamação da República. No entanto, a Constituição do Império (art. 164, I)<sup>5</sup> e a Lei de 18 de setembro de 1828 (art. 6º) previam o “recurso de revista” das causas criminais e cíveis a serem julgadas pelo Supremo Tribunal de Justiça, em casos de manifesta nulidade ou notória injustiça nas sentenças proferidas em todos os juízos, em última instância.

Arruda (2003, p. 112), comentando os dispositivos mencionados, observa que “a fórmula empregada, pela amplitude que encerrava, não constituía empeco ao reexame de sentenças absolutórias”.

5 “Art. 164. A este Tribunal Compete:

I – Conceder, ou denegar Revistas nas Causas, e pela maneira, que a Lei determinar”.

O Código de Processo Criminal de 1832<sup>6</sup> e a reforma de 1841 (Lei n. 261, de 3 de dezembro de 1841) ratificaram o instituto da revista, porém com alterações substanciais (ARRUDA, 2003, p. 79).

Com a República, ainda no Governo Provisório, foi suprimido o recurso de revista e criada a “revisão criminal”, pelo Decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890<sup>7</sup>, confirmada, no ano seguinte, pela Constituição Federal de 1891, que no artigo 81, *caput*, dispunha expressamente: “Os processos findos, em matéria crime, poderão ser revistos a qualquer tempo, em benefício dos condenados, pelo Supremo Tribunal Federal, para reformar ou confirmar a sentença”. Nota-se que a revisão, naquela Constituição, só albergava a modalidade *pro reo*.

A Constituição Federal de 1934 (art. 76, n. 3) manteve a orientação e acrescentou expressamente a possibilidade de utilização da revisão em benefício dos condenados, inclusive nos crimes militares e eleitorais<sup>8</sup>.

Por outro lado, a Constituição Federal de 1937 não tratou do instituto da revisão e retirou do Supremo Tribunal Federal a competência privativa para o processamento e julgamento das revisões (MARQUES, 2000, p. 390). Quatro anos depois, é decretado o vigente Código de Processo Penal, que passou a disciplinar a revisão criminal (artigos 621 a 631) e conferiu competência para outros tribunais do País para conhecê-la e julgá-la, além do Supremo Tribunal Federal.

6 Código de Processo Criminal/1832, “art. 306. Das decisões da relação poder-se-á recorrer, por meio de revista, para o tribunal competente”.

7 “Art. 9º. Compete ao Supremo Tribunal Federal:

[...]

III – proceder à revisão dos processos criminais em que houver sentença condenatória definitiva, qualquer que tenha sido o juiz ou tribunal julgador”.

8 “Art. 76 – A Corte Suprema compete:

[...]

3) rever, em benefício dos condenados, nos casos e pela forma que a lei determinar, os processos findos em matéria criminal, inclusive os militares e eleitorais, a requerimento do réu, do Ministério Público ou de qualquer pessoa”.

Com o advento da Constituição de 1946, que reeditou a orientação das duas primeiras Constituições da República, a revisão criminal recuperou seu *status* constitucional ao ser prevista nos artigos 101, IV<sup>9</sup>, e 104, III<sup>10</sup>.

A Constituição de 1967 manteve a revisão criminal (artigos 114, I, *m*<sup>11</sup>, e 117, I, *a*<sup>12</sup>), ratificada pela Emenda Constitucional n. 1, de 17-10-1969 (artigos 119, I, *m*<sup>13</sup>, e 122, I, *a*<sup>14</sup>); entretanto, pela primeira vez no histórico das Constituições brasileiras, foi suprimida a restrição de uso exclusivamente pelos condenados. Mazzilli (1985, p. 298), referindo-se à redação deste texto, defende não haver mais óbice constitucional para admitir-se a revisão criminal *pro societate*.

A revisão criminal está consagrada na CF/88, nos artigos 102, I, *j*<sup>15</sup>; 105, I, *e*<sup>16</sup>; 108, I, *b*<sup>17</sup>, e, embora não esteja presente na seção atinente aos

- 9 “Art. 101 – Ao Supremo Tribunal Federal compete:  
[...]  
IV – rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos”.
- 10 “Art. 104 – Compete ao Tribunal Federal de Recursos:  
[...]  
III – rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos”.
- 11 “Art. 114 – Compete ao Supremo Tribunal Federal:  
I – processar e julgar originariamente:  
[...]  
m) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados”.
- 12 “Art. 117 – Compete aos Tribunais Federais de Recursos:  
I – processar e julgar originariamente:  
a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados”.
- 13 “Art. 119. Compete ao Supremo Tribunal Federal:  
I – processar e julgar originariamente:  
[...]  
m) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados”.
- 14 “Art. 122 – Compete ao Tribunal Federal de Recursos:  
I — processar e julgar originariamente:  
a) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados”.
- 15 “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:  
I — processar e julgar, originariamente:  
[...]  
j) a revisão criminal e a ação rescisória de seus julgados”.
- 16 “Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:  
I — processar e julgar, originariamente:  
[...]  
e) as revisões criminais e as ações rescisórias de seus julgados”.
- 17 “Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

direitos e garantias individuais, é, para Grinover, Gomes Filho e Fernandes (2005, p. 310), ação de natureza constitucional e direito fundamental do condenado. Mencionam-se, ainda, o princípio da ampla defesa (CF/88, art. 5º, LV), com os meios e recursos a ela inerentes, dentre os quais está, logicamente, a revisão criminal acolhida pelo CPP, e a indenização por erro judiciário (CF/88, art. 5º, LXXV), que pode ser reconhecida, em matéria penal, por meio da revisão (CPP, art. 630).

Ceroni (2005, p. 10) registra que, embora a CF/88 não o tenha disposto expressamente, é perfeitamente cabível nas Justiças Militar e Eleitoral a revisão criminal, por tratar-se de princípio constitucional que consagra implicitamente um direito individual.

Questão importante a ser mencionada é que a atual Constituição seguiu a mesma opção da anterior de retirar a expressão “em benefício dos condenados”, o que, em tese, autorizaria a revisão em favor da sociedade, com a dependência apenas de alteração na legislação ordinária<sup>18</sup>.

### 3 A REVISÃO DAS ABSOLVIÇÕES: A TEORIA *PRO SOCIETATE*

#### 3.1 Origem

Os primeiros casos de retomada da persecução penal após a sentença absolutória sobre que se tem conhecimento são da Grécia Antiga, mais precisamente da região de Esparta, onde o Senado julgava a maioria das causas criminais. Naquele sistema, o decreto condenatório só era proferido se presentes evidências certas e incontestáveis da responsabilidade do réu. Por outro lado, se surgissem novos elementos indicadores da culpa, era

I — processar e julgar, originariamente:

[...]

b) as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da região”.

18 Nesse sentido, Mazzilli (1985, p. 298) e Mirabete (2005, p. 731).

facultado reabrir o processo em desfavor do absolvido (ARRUDA, 2003, p. 83-84).

Na Roma Antiga havia um instrumento processual chamado *restitutio in integrum*, que consistia numa ordem do pretor para restituir ao estado anterior a relação jurídica juntamente com seus efeitos. Tal instituto era aplicado nas esferas cível e criminal e era independente da apelação. A *restitutio in integrum* é considerada o marco inicial da atual revisão criminal, mas há dúvidas se naquele tempo era utilizada em detrimento do réu (CERONI, 2005, p. 2-5).

Outra, no entanto, é a posição de Arruda (2003, p. 84-86), que, sem mencionar a *restitutio in integrum*, afirma existir no Império Romano revisão das absolvições, mencionando trecho do Digesto, passagens de outros autores e o caso de “Cornelia”, que, absolvida no primeiro julgamento pela acusação de incesto, foi, por ordem de Domiciano, submetida novamente a júízo e, condenada, acabou enterrada viva.

No período medieval, Arruda (2003, p. 87), apoiado nos estudos do publicista alemão Mittermaier, noticia a existência de uma fórmula denominada “*absolutio rebus sic stantibus*” ou “*absolutio ab instantia*”, que viabilizara a renovação da instância em desfavor do absolvido.

Já no século XIX, a revisão criminal *pro societate* foi introduzida originariamente nos Códigos da Áustria (1873) e da Alemanha (1877) (CERONI, 2005, p. 20).

### 3.2 Doutrina

Para Noronha (1972, p. 374), do ponto de vista da lógica, também deveria caber a revisão contra os interesses do acusado. Contudo, considera mais importante a segurança da coisa julgada, que não pode estar a todo

o momento sujeita a reexames. Ademais, diz que deve ponderar a paz e o sossego das pessoas que necessitam da segurança do julgado.

Marques (2000, p. 386), por sua vez, reconhece que em tese deveria haver revisão contra sentença absolutória, como defendem alguns autores e certas legislações a consagram. Contudo, ao final, posiciona-se no sentido de que:

melhor atende aos interesses do bem comum, a manutenção da sentença errada proferida em prol do réu, do que a instabilidade e insegurança a que iria ficar sujeito o réu absolvido, se o pronunciamento absolutório pudesse ser objeto de revisão.

Tourinho Filho (2003, p. 599) sustenta que a “revisão criminal *pro societate* repugna à nossa consciência jurídica”, enquanto Rangel (2004, p. 851) conclui afirmando que o legislador brasileiro adotou “o sistema restrito, de origem francesa, ou seja, admite revisão criminal somente a favor do condenado”. Oliveira (2006, p. 725) afirma simplesmente que a “ação de revisão criminal, como é óbvio, não é permitida à acusação”. E Grinover, Gomes Filho e Fernandes (2005, p. 311) definem o processo penal como um drama e um castigo, e, de acordo com eles, a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos a inviabiliza.

Dentre os maiores defensores da tese *pro societate*, está o positivista Ferri (2006, p. 245):

Pelo que a revisão dos juízos favoráveis aos acusados é para nós um correlativo lógico e necessário do remédio semelhante concedido aos processados condenados. Não podemos compreender porque quando se levantam suspeitas contra uma sentença favorável ao acusado, análogas as que conduzem a revisar as sentenças de condenação, a sociedade deve estar obrigada a sofrer tranquilamente as absolvições não merecidas e as suavidades pouco justas da responsabilidade penal. [...] Pode ser que tenha sido absolto porque a acusação, que não tem o dom da onisciência e que não pode servir-se de outros elementos que os subministrados pela instrução, não tenha conhecido no momento do juízo



um documento decisivo. Um processado injustamente absolto pode, ante os mesmos jurados ou ante os magistrados que lhe tem julgado em apelação, declarar cinicamente sem temor de ser pelo mesmo molestado.

Mazzilli (1985, p. 297-298) advoga que o desejável é um sistema harmônico, em que os interesses da justiça e os da segurança, os do réu como os da sociedade sejam adequadamente tutelados. E mais adiante finaliza: “solução mais interessante nos parece a do legislador português, que acolheu com largueza a revisão em favor do réu e com extrema parcimônia aquela contra o réu”. Este autor ainda chama a atenção sobre a possibilidade de terceiros sofrerem prejuízos por conta de uma absolvição injusta, já que ficam impedidos de buscar seus direitos na esfera cível (CPP, artigos 65 e 66).

Mirabete (2005, p. 731) defende que, “Sob um ponto de vista de lógica, a provocação dos tribunais depois de transitar em julgado a sentença deveria caber também ao Estado quando se verificasse a injustiça da decisão que favoreceu o réu, como ocorre em várias legislações”.

Ceroni (2005, p. 26) põe em evidência a revisão *pro societate*:

Desta forma, respeitando inúmeras opiniões em contrário, somos favoráveis ao cabimento da revisão criminal *pro societate*, em casos excepcionais, em homenagem à aplicação da verdadeira e necessária justiça, em prol do bem comum e em detrimento do interesse individual do réu, máxime quando não é merecedor do direito à liberdade.

Arruda (2003, p. 156) afirma que vedar a revisão *pro societate* significa

a consagração ao individualismo do réu absolvido e o olvido dos interesses dos demais membros da comunhão. É o pseudo direito do delinqüente sendo mais respeitado do que o verdadeiro direito dos demais membros da sociedade. É a concepção da “segurança” do injusto.

Como resultado dos argumentos apresentados, pode-se sintetizar que aqueles que defendem que só é cabível a revisão de decisões condenatórias firmam sua posição no sentido de preservar a garantia da coisa julgada, que não pode estar a todo o momento sujeita a reexame, salvo quando em jogo o direito de liberdade. Além disso, em nome da paz e da segurança jurídica das pessoas, não é conveniente que o absolvido permaneça a todo momento exposto à renovação do processo.

Entretanto, os que advogam ser imperiosa a revisão das absolvições, em suma, levam em conta a exata aplicação da lei e a reparação do erro judiciário, em nome da justiça e dos interesses da sociedade. Afinal, não é objetivo do processo penal permitir a impunidade.

Entende-se que ambas as correntes têm sua razão e que os direitos por elas tutelados não devem se excluir, mas na medida do possível ser adequados. Defende-se que em situações restritas, prévia e taxativamente previstas em lei, deve-se permitir a revisão *pro societate*, que estaria limitada por um prazo decadencial que teria o propósito de não tornar eternamente indefinida a situação do absolvido.

#### 4 REVISÃO CRIMINAL *PRO SOCIETATE*: DIREITO COMPARADO

A revisão criminal *pro societate* é albergada pelas legislações de diversos países. Tourinho Filho (2003, p. 596), apoiado na pesquisa de Jorge A. Romeiro, destaca os seguintes diplomas legais em que a revisão em detrimento do réu é encontrada:

nos Códigos de Processo Penal *alemão*, atualizado em 1º-5-1960 para a *Alemanha Ocidental*, § 362; *norueguês*, de 1º-7-1887, § 415; Lei Federal de Processo Penal *suiça*, de 15-6-1934, art. 229 (salvo os Cantões de Nidwald Valais, Vaud e Genève); Lei Processual *sueca*, de 18-7-1942, posta em vigor em 1º-1-1948, cap. 58, § 3º; Códigos de Processo Penal *húngaro*, de 1951, alterado em 1954 e 1957, §§ 213 e 214; *alemão para a zona de Leste*, § 317; *iugoslavo*, posto em vigor a 1º-1-1954, § 379; *tchecoslovaco*,

de 19-12-1956, que vigorou até 1961; *austriaco*, de 20-4-1960, § 355; *russo*, de 27-10-1960, arts. 373 e 380 (grifo nosso).

Arruda (2003, p. 52-53 e 58) ainda acrescenta o Código de Processo Penal da *Colômbia*, de 24 de julho de 2000, artigo 220, e o do *Equador*, de 1938, artigo 330.

Em Portugal a revisão criminal está disciplinada nos artigos 449º a 466º do seu CPP, aprovado pelo Decreto-Lei n. 78/87 e alterações posteriores, que acolhe as modalidades *pro reo* e *pro societate*:

#### Artigo 449º

##### Fundamentos e admissibilidade da revisão

1 — A revisão de sentença transitada em julgado é admissível quando:

- a) Uma outra sentença transitada em julgado tiver considerado falsos meios de prova que tenham sido determinantes para a decisão;
- b) Uma outra sentença transitada em julgado tiver dado como provado crime cometido por juiz ou jurado e relacionado com o exercício da sua função no processo;
- c) Os factos que servirem de fundamento à condenação forem inconciliáveis com os dados como provados noutra sentença e da oposição resultarem graves dúvidas sobre a justiça da condenação;
- d) Se descobrirem novos factos ou meios de prova que, de per si ou combinados com os que foram apreciados no processo, suscitem graves dúvidas sobre a justiça da condenação.

Nota-se que a revisão *pro societate* está autorizada nas hipóteses das alíneas “a” e “b”, ou seja, quando a falsidade do conjunto probatório ou o crime praticado por quem é encarregado de julgar relacionado com o exercício da sua função no processo for reconhecido por outra sentença com trânsito em julgado.

Na Itália a legislação processual penal não prevê diretamente a revisão *pro societate*, porém o artigo 69 do vigente CPP admite ação penal, contra a mesma pessoa e pelo mesmo fato, quando, depois da decisão extintiva de punibilidade, constatar-se a falsidade da certidão de óbito (ARRUDA, 2003, p. 111). Os italianos adotam a técnica de considerar, nesses casos, a coisa julgada inexistente (CERONI, 2005, p. 21). O caso mencionado é, sim, uma hipótese de revisão *pro societate*, embora os italianos, mediante um esforço interpretativo e se utilizando de outra técnica processual, não a reconheçam expressamente.

Arruda (2003, p. 105-112) ainda aponta, a título ilustrativo, alguns países onde a revisão das absolvições não é agasalhada, e onde existem tendências na doutrina a favor da tese *pro societate*, como na Argentina, com Alcala-Zamora; na Espanha, com Carlos Viada, Pedro Aragoneses e José Garcia; na França, com Robert Vouin e Jacques Léauté; e na Itália, com Borsani, Casorati, Cristiani e Agostino Berenini.

Desse modo, pode-se observar que a teoria *pro societate* está presente no ordenamento jurídico de vários países e é defendida por diversos juristas de diferentes partes do mundo, o que comprova, mais uma vez, a importância do instituto.

## 5 CONSTITUCIONALIDADE DA TEORIA *PRO SOCIETATE*

Analizados os argumentos favoráveis e contrários à revisão criminal das absolvições, bem como o tratamento conferido à matéria pelo Direito de alguns países, cumpre, agora, examinar a compatibilidade da teoria *pro societate* em face do Direito Constitucional para verificar se o ordenamento jurídico brasileiro a comporta.

## 5.1 Princípios relacionados ao tema

Com o estudo dos princípios jurídicos é possível conhecer o núcleo de um determinado sistema. Para Gasparini (2005, p. 6), “princípios constituem um conjunto de proposições que alicerçam ou embasam um sistema e lhes garantem a validade”. Têm pertinência com o tema os princípios constitucionais da igualdade, coisa julgada, inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos e proporcionalidade, que serão adiante abordados.

### 5.1.1 Igualdade

Do artigo 5º, *caput*, da CF/88 emana o princípio da igualdade: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

Transpondo a idéia de igualdade para o processo, Fernandes (2002, p. 46) concebe dois sentidos:

- 1.<sup>a</sup>) exigência de mesmo tratamento aos que se encontrem na mesma posição jurídica no processo [...];
- 2.<sup>a</sup>) a igualdade de armas no processo para as partes, ou *par condicio*, na exigência de que se assegure às partes equilíbrios de forças; no processo penal, igualdade entre Ministério Público e acusado.

Assim, no processo penal, acusação e defesa devem ter os mesmos direitos, ônus e deveres. Eis a garantia da *paridade de armas* que materializa no processo a igualdade constitucional.

No entanto, em algumas situações, a igualdade é colocada temporariamente em segundo plano para garantir outros direitos de mesma importância. No inquérito policial, por exemplo, justifica-se uma certa desigualdade a favor do Estado a fim de melhor colher as provas a respeito

do fato criminoso. Em outras circunstâncias, o réu terá mais garantias que o Ministério Público (como no caso do artigo 609, parágrafo único, do CPP, em que só o réu pode interpor embargos infringentes e de nulidade), já que o órgão oficial conta com todo o aparelho estatal montado para ampará-lo, ao passo que o acusado só tem as suas próprias forças e o auxílio do advogado (FERNANDES, 2002, p. 50).

Se por um lado o que autoriza o condenado a lançar mão da revisão criminal é, em suma, o erro judiciário, também o Ministério Público deve, por força do princípio da igualdade, ter a mesma faculdade nos casos de erro judiciário que implica em absolvição injusta. É verdade que, na maioria das vezes, o réu está em posição de desvantagem em relação à acusação; contudo, a legislação não pode premiar o réu proibindo a revisão criminal em seu detrimento nos casos em que ele não merece a absolvição, age com má-fé ou com deslealdade processual.

Dessa forma, tendo em vista a igualdade constitucional, deve-se permitir, em situações restritas e dentro de prazo determinado, que o Ministério Público, assim como o réu buscando sua liberdade, possa manejar a revisão *pro societate* em favor dos interesses da justiça.

### 5.1.2 Relatividade da coisa julgada

O instituto da coisa julgada goza de *status* constitucional (CF/88, art. 5º, XXXVI) e tem por fim garantir, depois de esgotados os recursos, imutabilidade aos julgados e, por conseguinte, segurança jurídica.

Entretanto, em situações excepcionais, o ordenamento jurídico permite desconstituir a coisa julgada por meio da revisão criminal ou da ação rescisória. “Isto ocorre quando a sentença se reveste de vícios extremamente graves, que aconselham a prevalência do valor ‘justiça’ sobre o valor ‘certeza’” (GRINOVER; GOMES FILHO; FERNANDES, 2005, p. 309).

Se no cível, em que o que está em jogo são basicamente interesses patrimoniais, admite-se rescindir a sentença passada em julgado, com não menos razão se deve permiti-lo na esfera criminal, em nome da justiça e da segurança social. Portanto, se no cível é possível rescindir sentença dada por juiz corrupto (CPC, art. 485, I), não é lógico vedar a revisão *pro societate* em situação idêntica.

Com efeito, destaca Arruda (2003, p. 133) que o Judiciário ao reconhecer suas próprias falhas e tentar repará-las deixa à mostra sua lisura e aumenta sua credibilidade perante a opinião pública.

### 5.1.3 Inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos

Assegura o artigo 5º, LVI, da CF/88: “são inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos”. Entende-se por “meios ilícitos” aqueles em que a prova é produzida em desacordo com as normas de direito material (provas obtidas mediante tortura, escuta telefônica não autorizada etc.).

Moraes (2001, p. 123-124), ao comentar esse dispositivo, cita trecho do voto proferido pelo Ministro Celso de Mello no julgamento da AP n. 307-3-DF, que se transcreve parcialmente:

A prova ilícita é prova inidônea. Mais do que isso, prova ilícita é prova imprestável. Não se reveste, por essa explícita razão, de qualquer aptidão jurídico-material. Prova ilícita, sendo providência instrutória eivada de inconstitucionalidade, apresenta-se destituída de qualquer grau, *por mínimo que seja*, de eficácia jurídica.

Ora, se a CF/88 não aceita provas verdadeiras colhidas de forma irregular, também, com maior razão, não deve permitir provas falsas produzidas ilicitamente. Assim sendo, documentos que não atestam a verdade e perícias enganosas juntadas aos autos com o propósito de absolver o réu não podem, por expressa vedação constitucional, ser aceita no processo

penal. Dessa forma, se o decreto absolutório for fundado em provas ilícitas e se a descoberta da fraude acontecer somente após o trânsito em julgado, parece justificável autorizar a revisão criminal *pro societate*, visto que a Constituição repugna esse tipo de instrução processual.

#### 5.1.4 Proporcionalidade

O princípio da proporcionalidade pode ser traduzido, em poucas palavras, *como a busca pela justa solução entre os interesses em conflito*. Embora não esteja explícito no texto da CF/88, é amplamente aceito pela doutrina<sup>19</sup> como princípio constitucional.

Com a absolvição de um culpado em decisão irrecorrível, surge o conflito entre o princípio da justiça, consagrado no preâmbulo da CF/88 e um dos valores supremos do Estado Democrático de Direito, e o da coisa julgada, que tutela a segurança das relações jurídicas. Nessa situação, os princípios encontram-se em confronto e não há possibilidade de compatibilizá-los. Aqui, o único caminho é pesá-los; ao final, um deles deve ceder.

Em algumas situações (como no caso em que se absolve o homicida com base em falso passamento e, tempos depois, descobre-se que está vivo) o sentimento de justiça, ou simplesmente o que a sociedade entende como certo ou errado, grita mais alto do que a garantia da imutabilidade da decisão. Nesses casos, privilegiar a coisa julgada em detrimento da justiça significa celebrar a impunidade, a vitória do criminoso, a falência do Judiciário. Melhor solução é estabelecer na legislação ordinária hipóteses restritas em que se possa romper a coisa julgada nos casos de absolvições injustas.

19 Vide os comentários de Fernandes (2002, p. 52-53).



## 5.2 Convenção Americana sobre Direitos Humanos

Questão relevante a ser tratada é a que diz respeito à (in)viabilidade da revisão criminal *pro societate* para o sistema brasileiro em face do disposto no artigo 8.4 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969 – Pacto de São José da Costa Rica –, da qual o Brasil é signatário<sup>20</sup>, que proclama: “O acusado absolvido por sentença passada em julgado não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos”. Ademais, a referida norma internacional foi elevada no Brasil a nível constitucional, por força do artigo 5º, § 2º, da CF/88<sup>21</sup>.

Tal norma está relacionada com o princípio *ne bis in idem* (não duas vezes pelo mesmo fato), comumente utilizado para rechaçar a revisão *pro societate*. Nesse raciocínio, reiniciar o processo sobre o qual já foi proferida sentença absolutória caracterizaria um abuso da acusação.

Para melhor compreensão do tema, é oportuno tecer algumas considerações sobre a natureza jurídica da revisão criminal.

Embora situada no Título II do Livro III do CPP (referente aos recursos), a revisão criminal é considerada pela doutrina amplamente majoritária uma ação autônoma<sup>22</sup>. Sobre o assunto, vale transcrever Pontes de Miranda (2003, p. 189-190):

O que caracteriza o recurso é ser impugnativa dentro da mesma relação jurídica processual em que ocorreu a decisão judicial que se impugna. A ação rescisória e a revisão criminal não são recursos; são ações contra sentenças, portanto – remédios jurídicos processuais com que se instaura outra relação jurídica processual. A impugnativa, em vez de ser dentro, como a reclamação do soldado contra o cabo, é por fora, como o ataque da outra

20 Foi promulgada para o Direito brasileiro pelo Decreto n. 678, de 6 de novembro de 1992.

21 CF/88, art. 5º, § 2º: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte”.

22 Marques (2000, p. 383), Tourinho Filho (2003, p. 599), Grinover, Gomes Filho e Fernandes (2005, p. 311), Ceroni (2005, p. 19), Rangel (2004, p. 845-846), entre outros, classificam-na como ação. Noronha (1972, p. 373), diferentemente, a considera um recurso misto, *sui generis*, de natureza toda peculiar.

unidade àquela de que faz parte o cabo. O soldado foi pedir a atuação alienígena. É erro dizer-se que a ação rescisória ou revisão criminal é recurso, como falar-se de reabertura extraordinária da lide trancada pela força do caso julgado. A ação rescisória vai, exatamente, contra a eficácia formal da coisa julgada: quebrada essa muralha de eficácia formal, já está o processado, a relação jurídica processual, que a preclusão fechara e fizera cessar; exsurge, não se reabre; o juízo rescisório não é reinstalado, mas volta à vida, ressurreição. Não se reconstrói a casa, que se fechara; abre-se a porta (= destrói-se a sentença) e reocupa-se a casa.

A revisão criminal é, portanto, *ação de conhecimento de natureza constitutiva negativa, que tem por fim impugnar a sentença penal transitada em julgado*. É, semelhante à ação rescisória, o “julgamento do julgamento” (MIRANDA, 2003, p. 92). Nota-se que, como destacado no trecho acima transcrito, com o ajuizamento da revisão criminal instaura-se nova relação jurídico-processual distinta do processo cuja decisão se pretende desconstituir.

Nessa linha de raciocínio, entende-se não haver incompatibilidade do instituto da revisão *pro societate* com o texto do artigo 8.4 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, já que a ação penal tem por fim condenar o réu, enquanto a revisão visa a atacar uma decisão irrecorrível. São, claramente, instrumentos processuais distintos.

Por outro lado, se julgada procedente a revisão contra o réu, ele não será submetido a um novo processo, mas, sim, ao mesmo processo! Ora, rompido o manto da coisa julgada, que protegia a sentença fundada em grave vício, o processo, na expressão de Miranda (2003, p. 190), “exsurge”, “volta à vida”, “ressurreição”.

Além disso, falar em abuso da acusação não parece correto, visto que a revisão *pro societate*, como o próprio nome indica, não é para acusação, mas para a sociedade. Outrossim, como assinalado por Ferri (2006, p. 245), a acusação não detém o “dom da onisciência”, e não raramente a instrução é

precária e não permite ao órgão acusador conhecer em detalhes a realidade dos fatos ou as fraudes produzidas ao longo do processo. Nessas situações, não é lógico vedar a possibilidade de revisão em desfavor do absolvido.

Desse modo, entende-se que o alcance do dispositivo mencionado do Pacto de São José da Costa Rica é no sentido de proibir que o acusado seja novamente denunciado pelos mesmos fatos, e não de rechaçar a revisão criminal *pro societate*, que se insurge contra sentença absolutória revestida de fraudes ou outras graves irregularidades.

### 5.3 Supremo Tribunal Federal

O Supremo Tribunal Federal (STF) não reconhece expressamente a revisão criminal *pro societate*; no entanto, em pelo menos três ocasiões, determinou a retomada da persecução penal na hipótese de extinção de punibilidade com base em certidão de óbito falsa.

No julgamento do *Habeas Corpus* n. 55.901, a Primeira Turma do STF considerou que a decisão absolutória não produz nenhum efeito, visto que constituída em fato juridicamente inexistente:

*HABEAS CORPUS — PROCESSO-CRIME. 1. REVOGAÇÃO DE DESPACHO QUE JULGOU EXTINTA A PUNIBILIDADE DO RÉU, A VISTA DE ATESTADO DE ÓBITO BASEADO EM REGISTRO COMPROVADAMENTE FALSO: SUA ADMISSIBILIDADE, VEZ QUE REFERIDO DESPACHO, ALÉM DE NÃO FAZER COISA JULGADA EM SENTIDO ESTRITO, FUNDOU-SE EXCLUSIVAMENTE EM FATO JURIDICAMENTE INEXISTENTE, NÃO PRODUZINDO QUAISQUER EFEITOS.*

Da mesma forma, no *HC* n. 60.095, o STF revogou a decisão absolutória declarando não haver ofensa à coisa julgada, uma vez que o agente não está morto:

*HABEAS CORPUS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. MORTE DO AGENTE. EQUÍVOCO DA DECISÃO — O*

DESFAZIMENTO DA DECISÃO QUE, ADMITINDO POR EQUÍVOCO A MORTE DO AGENTE, DECLAROU EXTINTA A PUNIBILIDADE, NÃO CONSTITUI OFENSA A COISA JULGADA. *HABEAS CORPUS* INDEFERIDO.

Igualmente, no acórdão lavrado pelo Ministro Carlos Velloso no *HC* n. 84.525, a Segunda Turma do STF decidiu por unanimidade desarquivar a ação penal em virtude da extinção da punibilidade equivocadamente determinada pela certidão de óbito falsa, já que a absolvição não gerou coisa julgada em sentido estrito:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE AMPARADA EM CERTIDÃO DE ÓBITO FALSA. DECRETO QUE DETERMINA O DESARQUIVAMENTO DA AÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA DE REVISÃO *PRO SOCIETATE* E DE OFENSA À COISA JULGADA. FUNDAMENTAÇÃO. ART. 93, IX, DA CF. I. — A decisão que, com base em certidão de óbito falsa, julga extinta a punibilidade do réu pode ser revogada, dado que não gera coisa julgada em sentido estrito. II. — Nos colegiados, os votos que acompanham o posicionamento do relator, sem ter novas considerações, entendem-se terem adotado a mesma fundamentação. III. — Acórdão devidamente fundamentado. IV. — *H.C.* indeferido.

Embora não se tenha reconhecido nas ementas citadas uma forma de revisão criminal *pro societate*, não se pode negar que houve supressão dos efeitos da coisa julgada em prejuízo do absolvido e em prol da justiça, ou seja, atingiu-se o mesmo resultado. A argumentação jurídica utilizada não desfigura o instituto.

## 6 PARÂMETROS NORMATIVOS

Desenvolvida a fundamentação teórica que justifica a aplicação da revisão criminal *pro societate* para o Direito brasileiro, resta estabelecer os critérios a serem adotados pelo legislador para regulamentá-la.

Em primeiro lugar, não se deve perder de vista que o reexame dos julgados absolutórios deve ser admitido em casos estreitos e que sejam insusceptíveis de ampliação pela via hermenêutica.

Propõe-se, neste estudo, a análise da admissibilidade, da legitimidade para o pólo ativo da ação, e do prazo decadencial.

## 6.1 Admissibilidade

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Arruda (2003, p. 147), a revisão criminal *pro societate*, nos países onde é aceita, pode ser utilizada quando: a) a sentença houver sido determinada por acervo probatório espúrio; b) a sentença houver sido proferida por juiz corrupto ou artífice de qualquer crime conexo ao processo; c) o réu, mesmo fora do processo, houver firmado confissão idônea; e d) reconhecido passamento falso.

Mazzilli (1985, p. 298) aponta ser a revisão cabível quando surgir prova nova do fato — exceto a testemunhal, por suas notórias deficiências —, ficar evidenciado que a prova em que se fundou a absolvição é falsa, ou a sentença absolutória resultar de casos de suspeição, suborno, corrupção ou prevaricação do julgador.

Para Hamilton (2007, p. 13), a sentença absolutória poderia ser revista apenas quando de forma inequívoca estivesse baseada em prova falsa. Ele chega a sugerir a seguinte alteração para o CPP: “art. 621 (*omissis*) II – quando a sentença, absolutória ou condenatória, se fundar em prova falsa”.

O CPP português admite a revisão criminal *pro societate* se a decisão foi determinada por falsos meios de prova ou for provado que juiz ou jurado cometeram crime relacionado com o exercício da sua função no processo (art. 449º, 1, “a” e “b”).

Como já mencionado, há precedentes do Supremo Tribunal Federal que desconsideram a coisa julgada para autorizar a retomada da persecução penal quando a decisão extintiva de punibilidade, com efeitos de absolutoria, for baseada em certidão de óbito falsa.

Naturalmente, em respeito ao princípio de que nenhuma pena pode passar da pessoa do condenado (CF/88, art. 5º, XLV), não se pode aceitar a revisão criminal *pro societate* se o absolvido já estiver morto.

Por último, é necessário definir se há possibilidade de ajuizamento da revisão criminal *pro societate* mais de uma vez. Arruda (2003, p. 148) cita o exemplo da Sérvia, onde “é defeso o reexame se, pelo mesmo fato, tenha o acusado sido absolvido duas vezes”. Entretanto, acredita-se não ser essa a melhor opção. Miranda (2003, p. 145), ao tratar da ação rescisória, ensina que “há tantas pretensões a rescindir quantas são as causas”. Na mesma linha, defende-se ser mais lógico autorizar a revisão criminal *pro societate* mais de uma vez, com relação à mesma sentença, desde que por motivos diversos. A razão para tanto se encontra no fato de que após o julgamento da primeira revisão pode surgir algum outro elemento, antes desconhecido, que autorize a desconstituição da coisa julgada. Isso não significa, no entanto, que o absolvido esteja eternamente sujeito à persecução penal, visto que haveria um prazo previamente estabelecido para o manejo da ação revisional.

## 6.2 Legitimidade

É possível, em tese, atribuir legitimidade para o ajuizamento da revisão criminal *pro societate* ao: a) Ministério Público; b) assistente de acusação; e c) ofendido ou a quem tenha qualidade para representá-lo (nos casos de ação penal privada).

O CPP português confere legitimidade, nos casos de sentença absolutória, ao Ministério Público e ao assistente de acusação (art. 450º, 1, “a” e “b”).

Para evitar que eventuais interesses particulares reprováveis (vingança, extorsão etc.) coloquem em risco a segurança jurídica e o *status libertatis* do réu absolvido, sem fundada justificativa, defende-se que deveria ser conferida legitimidade apenas ao Ministério Público, órgão titular da ação penal pública (CF/88, art. 129, I).

Nesse caso, a revisão criminal *pro societate* não seria admitida nas ações penais privadas, mas qualquer cidadão teria o direito de oferecer representação ao *Parquet*.

### 6.3 Prazo

No tocante ao prazo decadencial para o ajuizamento da revisão criminal *pro societate*, podem-se estabelecer pelo menos quatro critérios: a) sem limite de prazo; b) prazo de prescrição do crime; c) prazo determinado contado do trânsito em julgado da decisão; e d) prazo determinado contado da descoberta de novos fatos.

Na primeira hipótese, o direito de requerer a revisão não decairia. Nesse aspecto, não haveria empecilhos de manejar a revisão um dia após o trânsito em julgado da sentença ou dez anos depois de prescrita a pena. O fundamento para tanto, como já foi desenvolvido, encontra-se no erro judiciário. É a opção adotada pelo CPP de Portugal (art. 449º, 4).

Outra possibilidade seria determinar o prazo revisional de acordo com a prescrição do crime, obedecidos os parâmetros elencados no Código Penal. Consoante Arruda (2003, p. 148), essa é a forma adotada pelos sistemas que aceitam a revisão criminal *pro societate*. É também a opinião defendida por Ceroni (2005, p. 27).

A terceira situação consistiria em definir um prazo que teria como termo inicial a data em que a decisão absolutória se tornou irrecorrível. É o critério adotado pelo Código de Processo Civil para a ação rescisória, cujo prazo para proposição extingue-se em dois anos (CPC, art. 495). Essa é a posição de Mazzilli (1985, p. 298), que sugere o mesmo prazo. A principal vantagem do critério é a objetividade e a segurança, ou seja, o réu absolvido saberia previamente o prazo a que estaria sujeito a ser demandado pela revisão criminal.

Por fim, a última opção seria fixar um prazo que teria início com a descoberta de fatos novos, como, por exemplo, o dia em que se tivesse conhecimento de que o absolvido que teve a punibilidade extinta pela morte atestada por certidão de óbito na verdade estava vivo. Esse é o modelo utilizado na legislação de países como Rússia (que estabelece um ano) e Iugoslávia (seis meses) (ARRUDA, 2003, p. 148). O problema desse critério é a insegurança que gera, uma vez que a qualquer momento pode surgir algum fato novo que autorize reiniciar o processo em desfavor do absolvido.

Acredita-se que o melhor critério para estabelecer o prazo revisional a favor da sociedade é o vinculado com a prescrição do crime, visto que não parece justo que o acusado de homicídio qualificado (Código Penal, art. 121, § 2º) tenha o mesmo prazo revisional que o acusado por falsificação de documento público (Código Penal, art. 297, *caput*). Por outro lado, carece de sentido autorizar a revisão criminal *pro societate* após a prescrição do crime (primeiro critério), já que não existe mais sequer o *jus puniendi*.

## 7 CONCLUSÃO

Em face da pesquisa realizada, pode-se concluir que:

a) A atividade jurisdicional, em virtude da falibilidade humana, está constantemente sujeita a equívocos. Nesse universo, em se tratando de erros



cometidos em decisões de processos criminais não suscetíveis de recursos, a revisão criminal (*pro reo e pro societate*) se apresenta como instrumento processual idôneo para viabilizar a correção de tais desacertos.

b) A revisão criminal surgiu no Brasil por meio do Decreto n. 848, de 11 de outubro de 1890, e nunca foi adotada a modalidade *pro societate*. A CF/88, na mesma direção da Constituição anterior, suprimiu a restrição de uso da revisão exclusivamente pelos condenados. Não há empecilho constitucional, portanto, à adoção da revisão em detrimento dos absolvidos; é preciso apenas alteração na legislação ordinária.

c) Os principais argumentos defendidos por aqueles que entendem ser cabível apenas a revisão das decisões condenatórias são para preservar a coisa julgada, a paz e a segurança jurídica dos absolvidos. Do outro lado, os que advogam a tese da revisão das absolvições sustentam, em suma, a exata aplicação da lei e a reparação do erro judiciário. Razão assiste às duas correntes, e o ideal é buscar uma fórmula que pondere os direitos por ambas tutelados.

d) A revisão em desfavor dos absolvidos é albergada pelas legislações da Alemanha, Áustria, Colômbia, Equador, Hungria, Noruega, Portugal, Rússia, Suécia e Suíça (algumas regiões), além de ser defendida por diversos juristas de diferentes partes do mundo.

e) O instituto da revisão criminal *pro societate* é constitucional e encontra amparo nos princípios da igualdade, relatividade da coisa julgada, inadmissibilidade de provas obtidas por meios ilícitos e proporcionalidade.

f) O dispositivo 8.4 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos não tem o alcance de inviabilizar a revisão *pro societate* que se insurge contra sentença absolutória revestida de graves vícios.

g) O Supremo Tribunal Federal, em pelo menos três ocasiões, determinou a retomada da persecução penal nos casos de extinção de puni-

bilidade firmados em certidão de óbito falsa, com os mesmos efeitos da revisão *pro societate*, embora não a reconheça expressamente.

h) Entende-se que se deve admitir a revisão das absolvições em casos estreitos, em que se imponha por motivos salutareis a reparação do erro judiciário e que sejam insusceptíveis de ampliação pela via hermenêutica. Naturalmente, não se pode admitir a revisão *pro societate* se o absolvido já estiver morto, em homenagem ao princípio de que nenhuma pena pode passar da pessoa do condenado.

i) Dever-se-ia conferir legitimidade para o ajuizamento da revisão criminal *pro societate* somente ao Ministério Público, e qualquer cidadão teria o direito de oferecer representação ao *Parquet*. O ajuizamento da revisão *pro societate* estaria sujeito ao prazo de prescrição do crime.

## 8 REFERÊNCIAS

ARRUDA, Élcio. *Revisão criminal (pro societate)*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2003.

CERONI, Carlos Roberto Barros. *Revisão criminal: características, conseqüências e abrangência*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2005.

FERNANDES, Antonio Scarance. *Processo penal constitucional*. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FERRI, Enrico. *Sociologia criminal*. Tradução de Soneli Maria Melloni Farina. Sorocaba: Minelli, 2006.

GASPARINI, Diogenes. *Direito administrativo*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrine; GOMES FILHO, Antonio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. *Recursos no processo penal: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

HAMILTON, Sérgio Demoro. *A reforma do processo penal*. Disponível em: <[http://www.femperj.org.br/artigos/popup.php?p.agina=artigos\\_a\\_refroma\\_do\\_processo\\_penal.php](http://www.femperj.org.br/artigos/popup.php?p.agina=artigos_a_refroma_do_processo_penal.php)>. Acesso em: 17 set. 2007.

MARQUES, José Frederico. *Elementos de direito processual penal*. Revisto e atualizado por Eduardo Reale Ferrari. 2. ed. Campinas: Millennium, 2000. v. 4.

MAZZILLI, Hugo Nigro. Revisão “pro societate”. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, ano 74, v. 594, p. 296-298, 1985.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Processo penal*. Revisto e atualizado por Renato N. Fabbrini. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. *Tratado da ação rescisória*. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves. 2. ed. Campinas: Bookseller, 2003.

MORAES, Alexandre de. *Direito constitucional*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NORONHA, Edgard Magalhães. *Curso de direito processual penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1972.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de processo penal*. 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

RANGEL, Paulo. *Direito processual penal*. 8. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo penal*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v. 4.